



DIREITO EM PERSPECTIVA

Um Estado que sabe comprar

Num momento em que tanto se tem privatizado, subsiste ainda a ideia de um Estado empreendedor cuja factura é sempre paga pelos mesmos



Diogo Duarte Campos

Portugal compra mal. Esta é uma ideia que todos em Portugal têm e que, em grande medida, corresponde à verdade. Desta asserção decorre, porém, um conjunto de mitos que cumpre desmistificar. O primeiro dos quais é que Portugal também compra muito – o que não é verdade. O segundo mito é que os problemas da contratação se reduzem (ou, pelo menos, se reconduzem) à existência de muitos ajustes directos, devendo, sim, haver concursos para tudo e mais alguma coisa. Evidentemente, esta última asserção decorre da ideia feita (mas nunca demonstrada) de que o Estado vive mais ou menos enclausurado por uma teia de amigos e dependências, sistematicamente capturado por interesses (mas que raramente se conseguem identificar). Porém, como diz o poeta, “há sempre alguém que resiste, há sempre alguém que diz não”, e aqui é necessário dizer que assim não é.

Vejamos os números: de acordo com os últimos dados disponíveis (relativos a 2013), Portugal comprará em bens, serviços e empreitadas cerca de 10,68% do PIB, quando a média europeia é de 13,74%. A simples análise dos números demonstra, sem margem para qualquer dúvida, que não se compra muito em Portugal. Pelo contrário, compra-se pouco. E só se compra pouco porque o Estado ainda produz muito, demasiado. E quantas vezes produz precisamente os mesmos bens que o sector privado. E não se pense que este é um problema deste ou daquele governo. Este é um problema do Estado português que, ainda recentemente, por exemplo, achou razoável montar uma verdadeira indústria na área da saúde, por via da produção de sistemas de informação que poderia adquirir ao sector privado.

Este primeiro mito está muito ligado ao segundo: como na opinião pública

se generalizou a ideia (falsa, absurda mesmo) de que todos aqueles que estão ligados à contratação pública ou são corruptos ou serão corruptos, o Estado prefere produzir – a preços mais elevados e com pior qualidade – do que comprar ao sector privado. Naturalmente, continuará a ser assim enquanto o contribuinte não se aperceber de que o “dinheiro público” mais não é que o seu dinheiro. Não deixa de ser paradoxal que, num momento em que tanto se tem privatizado, subsista ainda a ideia de um Estado empreendedor cuja factura, afinal, é sempre paga pelos mesmos.

Uma outra ideia feita é que em Portugal deveria haver sempre concursos, pois só assim se assegura a correcta gestão dos dinheiros públicos. Não é assim. É verdade que em Portugal existe um conjunto enorme de adjudicações inexplicáveis. Porém, lamentavelmente, a sua correcção não é conseguida por intermédio de mais concursos, que apenas tornam a máquina estatal insusceptível de gestão, porque atulhada em burocracia. Sejam claros: se num concurso público o Esta-

do conseguir um ganho económico de 5 (em comparação com um procedimento limitado), mas para isso gastar 10 em recursos humanos internos, delongas e consultores externos, porque teve de montar um procedimento complexo e avaliar dezenas de propostas, o Estado não ganhou 5. Pelo contrário, perdeu 5.

Significa isto que nada haja a fazer? Que esta seja uma batalha perdida que se deva abandonar? Pelo contrário. Porém, a solução é muito mais difícil e passa por responsabilizar as entidades públicas pelos resultados, pela imposição de códigos de boas práticas em que a concorrência seja a principal ideia de força. Mas passa sobretudo pela alteração das mentalidades. Ou seja, o caminho é o caminho das pedras, e não o caminho simples das imposições legislativas. Só assim o Estado gastará melhor.

Associado sénior

PLMJ 
SOCIEDADE DE ADVOGADOS, RL



Responsabilizar as entidades públicas pelos resultados é o caminho